

Os riscos socioambientais no contexto da modernização conservadora da agricultura

Socioenvironmental risks in the context of conservative modernization of agriculture

Fernando Ferreira Carneiro⁴

Vicente Eduardo Soares de Almeida⁵

O artigo em debate apresenta questões fundamentais para a discussão sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente, a partir de uma análise crítica da política econômica e agrícola brasileira.

Em termos do mercado de agrotóxicos e sementes, pode-se somar a esta análise algumas expressões do modelo neoliberal, como a dinâmica das fusões realizadas neste setor. Em 2001, após esta onda de fusões, as sete maiores empresas de agrobiotecnologia do mundo já somavam, em receitas, cerca de 23 bilhões de dólares¹. Como consequência deste processo, boa parte das empresas que monopolizam o mercado de agrotóxicos dominam também o mercado de sementes².

No Brasil, a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, registrou em 2004 o patamar histórico de 4,9 bilhões de dólares em faturamento líquido na venda de agrotóxicos³. Merece destaque o consumo de herbicidas responsável por mais da metade das vendas de agrotóxicos no Brasil⁴. Somente o glifosato sofreu um aumento de vendas de mais de 160 % no Estado do Rio Grande do Sul e 95% no Brasil, entre os anos de 2000 a 2004⁵.

As preocupações em torno desses dados indicam que o incremento na venda de agrotóxicos neste período acompanha muito mais a intensificação do uso do pacote agrobiotecnológico do que um correspondente aumento da área plantada no país, como foi demonstrado no artigo de debate.

A transgenia especialmente voltada para a resistência de cultivos comerciais a herbicidas introduziu uma inovação no pacote tecnológico da agricultura por meio apenas do casamento entre transgênicos e agrotóxicos. Isto significou a reprodução, em sua essência, do *modus operandi* da modernização conservadora da agricultura brasileira nos últimos trinta anos.

Segundo Delgado⁶, a “modernização conservadora” da agricultura significou a elevação do nível de investimentos de capital no campo, mantendo ou até concentrando ainda mais a propriedade da terra no Brasil.

A partir deste conceito, entende-se que a introdução do pacote agrobiotecnológico reflete em grande parte o incremento de capital e a manutenção da estrutura fundiária, bem como a precarização das relações de trabalho, além da elevação dos riscos socioambientais vinculados às atividades deste setor.

Neste sentido, embora o artigo de debate tenha destacado o uso de agrotóxicos na agricultura familiar, cabe ressaltar que esta estrutura produtiva, assim como a da grande propriedade, estão subordinadas ao mesmo modelo conservador. Este tem se imposto historicamente e principalmente por meio das políticas de crédito rural, da assistência técnica e pesquisa.

Apesar da recente crise por que passa o agronegócio brasileiro, não há uma reflexão estratégica e ampla sobre o modelo agrícola; ao contrário, são estimuladas ações que podem ser consideradas como um aprofundamento dos riscos e de prováveis impactos socioambientais ao país.

Um bom exemplo desta situação está nas pressões que forças políticas vinculadas a esse setor têm exercido junto ao governo e ao Congresso Nacional brasileiro, para a flexibilização da legislação de agrotóxicos, propondo, em alguns casos, a retirada parcial ou total das áreas institucionais de saúde e meio ambiente do processo de avaliação e registro destes produtos⁷. Com a justificativa de baratear os custos relativos ao uso de agrotóxicos, estas pressões poderão resultar na entrada de uma série de princípios ativos que, dependendo das impurezas contidas, poderão elevar o potencial de danos à saúde e ao ambiente associado ao uso dos mesmos⁸.

Esse contexto impõe novos riscos socioambientais aos sistemas produtivos locais e à sociedade em geral, requerendo reflexões e ações qualificadas nos espaços de decisão e controle correspondentes⁹.

A reação dos movimentos sociais campestres, ambientalistas e de consumidores traz, a partir de suas lutas e realidades específicas, o con-

⁴Doutorando em Epidemiologia, Escola de Veterinária da UFMG e Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da ANVISA, Brasília, DF. Rua Angelim Lote 1. Condomínio Verde. Lago Sul. 70680-608 Brasília DF. fernandocarneiro.brasilia@gmail.com.

⁵Engenheiro Agrônomo, Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental, Brasília.

traponto fundamental a essa questão, demonstrando o necessário debate sobre o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro e a consideração efetiva de seus impactos sociais, econômicos e ambientais, em um país reconhecido como um dos mais desiguais do planeta¹⁰.

Na carta final do **II Encontro Nacional de Agroecologia – ENA**¹¹ (2006), os movimentos sociais analisam e denunciam as “formas como o agronegócio se instala nas diferentes regiões, apropriando-se dos recursos naturais, expropriando muitas vezes os trabalhadores e a sociedade de seus direitos mais básicos”, como os estabelecidos na constituição brasileira (Art. 225º, inciso V), onde cabe ao poder público “controlar a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”¹². Ao final, a carta conclama ainda à formulação de um projeto democrático, popular e sustentável para o campo brasileiro, ancorado na produção familiar e na agroecologia.

Nesta perspectiva, se coloca para o debate as estratégias a serem desenvolvidas para o desencadeamento de ações visando a construção de um novo modelo agrícola, baseado em valores como o da sustentabilidade e da biodiversidade, desconcentrando a propriedade da terra e a riqueza.

Referências

1. Simon F. **A construção de biomarcas globais: levando a biotecnologia ao mercado**. Porto Alegre: Ed. Bookman; 2004.
2. UNCTAD, 2006. Tracking the trend towards market concentration: the case of the agricultural input industry. Study prepared by the UNCTAD secretariat. [acessado 2006 Ago 20]. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditcom200516_en.pdf
3. Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) 2006. Indústria Química – Estatísticas. [acessado 2002 Ago 19]. Disponível em: <http://www.abiquim.org.br/conteudo.asp?princ=ain&pag=estat>
4. Ministério da Agricultura 2006. Estatísticas. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/MEIOS_PRODUCAO/1.4.XLS
5. IBAMA. Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental. [Documento não publicado].
6. Delgado GC. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103
7. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>
8. ANVISA. Áreas de Atuação – Toxicologia – Câmara Setorial. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/toxicologia/cstox/doc_esp/consenso_090306.htm
9. Carvalho I, Scotto G, organizadores. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphos/IBASE/Fundação Heinrich-Böl-Istifung; 1995.
10. PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf
11. ENA. Encontro Nacional de Agroecologia, Carta Política. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/modules/tinycontent3/index.php?id=26>
12. BRASIL. Constituição Brasileira. [acessado 2006 Ago 19]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

O autor responde

The author replies

Agrotóxicos, saúde e ambiente: tema fértil, pertinente, relevante, atual e necessário. Mais que necessário: urgente.

A riqueza e multiplicidade de olhares presentes nos debates de Stotz, Porto, Waissmann e Carneiro & Almeida sobre o artigo de nossa autoria são indicativos do acima observado. Se no artigo nos propusemos a discutir o mais amplamente possível as conseqüências de um modelo político-econômico sobre o perfil do uso de agrotóxicos no país – e suas decorrências à saúde e ao ambiente –, mantendo consistência mínima para não tornar superficial a discussão, os debates nos mostram que ainda há muito mais a ser incluído. Para não frustrarmos nossos colegas debatedores e vocês, nossos leitores, fazemos logo a ressalva que não será possível abarcar todas essas lacunas nesse espaço de réplica, onde nos permitiremos, apenas, dialogar um pouco – mais uma vez mantendo minimamente uma consistência –, com vocês, debatedores e leitores, sobre o artigo e os debates.

Se devemos estabelecer um ponto de partida para nossa breve discussão, talvez este seja a opção da política agrária brasileira pela monocultura exportadora, mais evidenciada, nos últimos anos, pelo incentivo ao plantio de soja – natural e transgênica –, *commodity* agrícola essa que corresponde – conforme anteriormente apresentado – a 42% das exportações do país. As implicações dessa opção político-econômica são diversas, algumas das quais apropriadamente mencionadas nos debates. Destacamos, aqui, algumas: